

Para Fenaban, decisão não representa ameaça

Uma atitude contábil e correta do ponto de vista administrativo, com escassas possibilidades de desdobramento no campo jurídico. Essa foi, de modo geral, a conclusão dos banqueiros que comentaram ontem a decisão do Citicorp de aumentar, de Us\$ 2 para Us\$ 5 bilhões suas reservas, antevedendo possíveis perdas de crédito.

Para o presidente da Federação Nacional de Bancos, (Fenaban), Antônio de Pádua da Rocha Diniz, "ninguém em sã consciência pode recriar o Citicorp por essa decisão ou interpretá-la como pressão política". Trata-se de uma decisão com reflexos internos no balanço do banco mas que não terá necessariamente, desdobramentos externos no mercado financeiro norte-americano ou internacional e nem mesmo no campo jurídico.

Diniz considera difícil prever se a decisão do City será seguida por outros bancos, sujeitos à mesma legislação contábil. "Cada banco tem um perfil particular de composição de seu ativo e é gerido por uma administração com estilo próprio. Por isso, podemos concluir que o critério de contabilização adotado pelo Citicorp não será necessariamente seguida pelos demais bancos embora possa ser acompanhada por alguns", disse o presidente da Fenaban.

AS RESTRIÇÕES

Kohei Denda, vice-presidente do Banco América do Sul, concorda que a elevação do nível de reservas do Citicorp é um procedimento contábil normal, motivado pela legislação bancária norte-americana. Mas embora seja apenas técnica, essa medida poderá ter como consequência o aumento das dificuldades para o retorno do Brasil ao mercado financeiro.



Diniz: sem desdobramentos

Perante os acionistas, os administradores do Citicorp terão dificuldades em justificar futuros empréstimos, prevê Denda, ao admitir que outros bancos norte-americanos seguirão o exemplo adotado pelo maior credor do Brasil.

Esse procedimento não será, porém, seguido por bancos credores em outros países. No Japão, por exemplo, segundo o vice-presidente do América do Sul, a legislação é menos rígida e per-

mite um comportamento mais flexível por parte dos bancos. Cada instituição adotará medidas contábeis de acordo com seu grau de risco (*exposure*) no Brasil. Denda concorda com Diniz ao considerar, mesmo sem conhecer em detalhes a legislação bancária norte-americana, que o Citi não recorrerá à Justiça para cobrar o Brasil.

O presidente do Banco Sogeral, Elmo de Araujo Camões, prevê que muitos bancos norte-americanos seguirão o caminho aberto pelo Citi. Entende também que os administradores dessas instituições terão dificuldades em justificar, pelo menos a curto e médio prazos, a liberação de novos empréstimos ao Brasil.

Os bancos europeus já adotaram medidas semelhantes às do Citibank, como observou Camões durante recente viagem de 45 dias à Europa. O presidente do Sogeral constatou que o montante da dívida brasileira não assusta os banqueiros europeus que, inclusive, manifestam interesse em reabrir suas operações de crédito ao País. "O que realmente espanta os credores é a falta de um programa que defina claramente a estratégia que o Brasil pretende seguir para administrar sua dívida", disse Camões.